

[Cadernos] PPG-AU
FAUFBA

Apresentação

Falas Sobre Arquitetura e Urbanismo — Parte 2

Cidades Sexuadas



Este número dos **Cadernos PPG-AU/FAUFBA** tem como título **Falas sobre Arquitetura e Urbanismo – Parte 2: Cidades Sexuadas**. Trata-se do segundo produto da **Chamada NAPPE PPG-AU/FAUFBA nº 02/2024**, dedicada à seleção de diferentes gravações de entrevistas, debates, palestras, conversas ou outras comunicações orais, com vistas à transcrição, ao tratamento editorial e à publicação no periódico. A iniciativa baseou-se na compreensão de que a oralidade constitui uma forma legítima de produção de conhecimento no campo da Arquitetura e do Urbanismo. As propostas submetidas foram analisadas considerando aspectos como a relevância acadêmica, institucional ou política dos conteúdos apresentados, a relação com o campo disciplinar, a qualidade técnica dos registros e a conformidade com as normas editoriais do periódico. Além disso, os trabalhos selecionados passaram por um processo cuidadoso de edição e revisão, orientado, sempre que possível, à preservação das marcas da oralidade, sem comprometer a clareza da escrita, a coerência do texto e o rigor editorial.

Os textos desta edição têm origem, mais especificamente, nas falas proferidas durante o **Colóquio Cidades Sexuadas**, realizado em setembro de 2022, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA). O Colóquio, organizado pelo grupo de pesquisa e extensão Cartografia Sexuada de Salvador, tinha como premissa a formulação de um ambiente de debate multidisciplinar — conectando pesquisadores de várias áreas do conhecimento, ativistas sociais e artistas da cena LGBTQIA+ soteropolitana — sobre as relações entre gêneros e sexualidades, articuladas às questões de raça e classe social, na produção do espaço urbano. Tendo como foco principal de suas discussões a presença e a produção espacial de corpos sexo-gênero dissidentes (ou que fogem da norma cisheterossexual) em contextos urbanos, o Colóquio Cidades Sexuadas traz ao campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo um contexto de discussão ainda muito pouco explorado e aprofundado no Brasil. Para tanto, as conexões com o pensamento em outras áreas de conhecimento e com outras práticas e pensamentos não acadêmicos foram fundamentais, tornando o encontro rico na articulação de ideias e no compartilhamento de experiências.

Para esta edição dos Cadernos PPG-AU/FAUFBA, rearticulamos algumas das falas que compunham as cinco mesas temáticas do Colóquio em três blocos de textos, para os quais atribuímos novos títulos: **Bloco 1 — Entre estigmas e resistências: os corpos femininos na experiência urbana; Bloco 2 — Corpos, gêneros, sexualidades e cidades: perspectivas interseccionais e experiências metodológicas; Bloco 3 — Corpos dissidentes na produção de outras territorialidades: entre a casa, a rua e o palco**. Além das falas transcritas como “artigos”, compõe este volume uma seção de Conversas. São duas:



uma entre coletivos de artistas LGBTQIA+ e outra entre o grupo de pesquisa Cartografia Sexuada de Salvador e a ativista do movimento LGBTQIA+, Keila Simpson, esta última realizada fora do Colóquio Cidades Sexuadas.

A partir daqui, introduzimos cada bloco de textos que conectamos para dar forma a este Caderno. Cada bloco foi concebido a partir das questões e articulações de ideias trazidas pelas pessoas autoras das falas transcritas, em conexões e diálogos com outras ideias e conceitos de teóricos caros a essas discussões.

Bloco 1 — Entre estigmas e resistências: os corpos femininos na experiência urbana

No trabalho intitulado *Identidad, género y espacio urbano*, José Miguel Cortés (2007) argumenta que o espaço urbano não é um mero palco onde as coisas acontecem ocasionalmente. Para ele, a rua vai muito além do traçado imaginado; é o resultado de “uma combinação de ações, discursos e diferentes narrativas” (CORTÉS, 2007). De outro lado, para Josep Montaner e Zaida Muxí (2022), este espaço público moderno foi constituído a partir de um ideal universalista que, na prática, sempre teve como medida um sujeito específico: o homem branco, cis, heterossexual e detentor de terras e de capital. Assim, para Montaner e Muxí (2022), a rua — espaço público primordial — é também um artefato político, organizado por discursos que regulam as circulações, as presenças e as ausências. Longe de ser neutra, ela expressa e organiza hierarquias de gênero, raça, classe e sexualidade, nas quais alguns corpos são mais reconhecíveis do que outros.

Como aponta Judith Butler (2018), a rua também é o cenário em que se tornam visíveis as condições diferenciais de precariedade que atravessam os corpos. A exposição pública nunca ocorre em igualdade de condições: certos corpos (mais notadamente, mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+, indígenas e imigrantes) são percebidos como mais vulneráveis, mais morríveis, menos dignos de proteção. A rua, portanto, não apenas reproduz essas hierarquias, mas também as intensifica, corporificando-as em práticas de vigilância, expulsão e violência cotidiana. Contudo, é nesse mesmo terreno instável que emergem formas de resistência e de desobediência que não dependem de grandes gestos, mas de presenças reiteradas, de pequenas alianças, de micropolíticas que desestabilizam o que a cidade tenta manter intacto. Ao ocupar a rua, esses grupos disputam sua legibilidade e produzem outras configurações de aparecimento, revelando que a política urbana também se faz nos corpos que insistem em existir onde não deveriam, segundo a norma. Assim, mesmo sob hostilidade, a rua é reescrita diariamente por aqueles e aquelas que transformam sua precariedade em potência coletiva.



Nesta perspectiva, a leitura de Maria Augusta Babo (1998) torna-se particularmente profícua: para a autora, a cidade é um espaço escriturável, permanentemente refeito por múltiplas vozes e práticas que recusam qualquer narrativa totalizante. O urbano, entendido como tecido polifônico, abriga modos de vida que se inscrevem na materialidade e na imaginação dos lugares, mesmo quando a ordem dominante tenta apagá-los. Nesse sentido, a persistência destes corpos também introduz sentidos heterogêneos que fraturam o discurso homogêneo da cidade planejada. Cada gesto de permanência, cada circulação improvável, cada retorno ao mesmo território opera como uma forma de escrita urbana que desloca fronteiras simbólicas e institucionais. Esses corpos, longe de serem apenas alvos de violência, são também autores e autoras de práticas que pluralizam o espaço, abrindo fissuras na paisagem normativa e inscrevendo, no cotidiano, possibilidades outras de viver a cidade.

Aprofundando o debate sobre a construção social dos corpos indesejáveis na cidade, é impossível não refletir sobre como este processo afeta mulheres em múltiplas posições sociais. Silvia Federici (2017), por exemplo, argumenta que a construção do corpo feminino como elemento indesejável faz parte de uma longa história de violência que, desde o início da modernidade, visou controlar a autonomia econômica, sexual e reprodutiva das mulheres, lógica que ainda se manifesta nas cidades contemporâneas. Além disso, esta estigmatização de corpos femininos em espaços públicos é ainda mais perceptível quando observamos grupos de mulheres historicamente estigmatizadas, como mulheres negras, mulheres de baixa renda, trabalhadoras sexuais e corpos dissidentes que não correspondem à norma estabelecida pelo modelo hegemônico brasileiro (mulher branca, cisheterossexual, mãe e dentro de um determinado padrão estético). Os estudos de Ramos (2015) e Abade (2019), por exemplo, ilustram como a prostituta, inscrita na interseção entre moralidade pública, gênero e pobreza, é construída discursivamente como corpo perigoso, impróprio, inadequado à cidade, mesmo quando sua presença é constitutiva da vida urbana. Importante registrar, contudo, que essa construção estigmatizante não é um fenômeno isolado da prostituição, mas um espelho ampliado da maneira como corpos femininos são diariamente lidos sob a chave da suspeição e da vulnerabilidade.

As falas transcritas neste bloco atuam para desafiar os discursos da ordem senhorial masculina (SEGATO, 2013) ainda arraigados nas cidades brasileiras, cujo planejamento urbano ainda segue uma territorialidade patriarcal. Nesta senda, a primeira fala, de **Diana Helene Ramos**, intitulada **Segregação Generificada e “Estigma de Puta”: o(s) Espaço(s) da Prostituição nas Cidades**, mostra que o estigma e as violências dirigidas às



prostitutas revelam como a cidade produz e expulsa corpos considerados indesejáveis, ao mesmo tempo em que esses corpos resistem e disputam o direito de existir no espaço urbano. Já a segunda fala, um relato biográfico de **Sereya Yara**, intitulado **Uma História da Sereya Candace**, apresenta-se como uma forte denúncia da violência estrutural que atravessa a vida de travestis e mulheres trans nas ruas, marcada por expulsão, precariedade, transfobia e risco constante de morte. Além disso, seu relato evidencia, de um lado, como o Estado, a sociedade e a cidade, marcados pelo discurso hegemônico masculino, produzem essas vulnerabilidades, e, de outro, como o seu corpo trans é um veículo de arte, performance, criatividade e resistência, uma ferramenta cunhada nas ruas, de pura reinvenção da vida urbana.

A terceira fala, de **Aleida Batistoti**, intitulada **Corpos Femininos e a Rua: as Mulheres Negras Trabalhadoras de Rua no Fazer-Cidade Cotidiano**, ilustra como, apesar do estigma, da repressão estatal e do racismo, mulheres negras soteropolitanas seguem produzindo e (re)interpretando os espaços de Salvador por meio de suas práticas e resistências cotidianas. Sua fala é um argumento potente para pensar processos de ocupação e de reinvenção da rua, já que estas mulheres constroem territorialidades de resistência e cuidado mesmo em meio à violência urbana. A última fala que fecha esse bloco, da ativista **Maria França**, é intitulada **Gordofobia, Acessibilidade, Exclusão Social e suas Consequências**. Em sua fala, Maria França, por meio da experiência do coletivo *Vai Ter Gorda*, analisa como a cidade é estruturada para expulsar, silenciar e controlar mulheres gordas, negras e periféricas, cujos corpos são sistematicamente lidos como inadequados, excessivos ou fora de lugar. Ao evidenciar essas experiências, França nos faz refletir sobre o fato de que o espaço urbano, além de reproduzir normas e hierarquias raciais e de gênero, também hierarquiza corpos e padrões estéticos desejados para ocupar a cidade.

Em conjunto, todas essas quatro falas revelam que a cidade não é apenas um cenário neutro de experiências universais, mas um complexo campo de disputa em que corpos historicamente marginalizados tornam visíveis as engrenagens hegemônicas de poder que organizam o urbano. Ao mesmo tempo, é através destas presenças femininas insistentes, que exercitam diariamente sua resistência e se recusam a desaparecer, que a rua é reescrita; é por onde se abrem brechas para outras urbanidades. Assim, cada fala tecida neste bloco reafirma que o direito à cidade é produzido também por aquelas pessoas que habitam a cidade brasileira apesar de tudo.



Bloco 2 — Corpos, gêneros, sexualidades e cidades: perspectivas interseccionais e experiências metodológicas

Neste bloco, propomos uma reflexão crítica a partir das tensões na produção do conhecimento institucional a partir de lentes interseccionais — articulando gênero, raça, classe e sexualidade no contexto urbano. Ao analisarmos o campo da Arquitetura e do Urbanismo, percebemos uma resistência histórica a absorver debates interdisciplinares já consolidados em outras ciências, mantendo-se atrelado a tradições epistemológicas canônicas e eurocentradas.

Assim, emerge a necessidade de confrontar a pretensa neutralidade técnica do campo, cuja atuação frequentemente reitera lógicas cisheteropatriarcais tanto no ensino quanto na prática urbanística no Brasil. Alinhada a essa crítica, ao pensar a educação, bell hooks defende uma produção de conhecimento pautada no pensamento crítico como estratégia de resistência. Sob essa ótica, a educação e a prática profissional convertem-se em atos contra-hegemônicos, essenciais para romper com a colonização epistemológica que negligencia a pluralidade dos corpos nas cidades; afinal, para a autora, o pensamento crítico é, em si, uma "prática da liberdade" (hooks, 2017).

A objetividade, ao lidar com a complexidade contemporânea das cidades, ignora que as legislações urbanas e as formas de produzir o espaço operam, muitas vezes, como instrumentos de controle, invisibilizando realidades periféricas e identidades dissidentes. Diante desse cenário, torna-se urgente fomentar modos outros de desestabilizar algumas tradições epistemológicas, especialmente no ensino e nos modos de pesquisa acadêmica do campo da arquitetura e do urbanismo. Com isso, buscamos promover uma tomada de consciência política sobre o corpo, desconstruindo modos de pensar cristalizados que se estendem da academia à prática profissional de arquitetura e urbanismo.

Assim, poderemos compreender e atuar sobre as fricções entre a vida política e a realidade material das cidades, refletindo modos de fazer, na esteira do que nos convida Marisol de la Cadena (2015), em que o conhecimento seja algo que emerge no espaço entre os saberes, como uma prática de relação. Ou seja, percebendo como podemos dialogar e construir coletivamente com outro sem precisar que ambos concordem sobre o que as coisas são, mas apostando no conhecimento que emerge justamente ao sustentar essa divergência, em vez de tentar resolvê-la (DE LA CADENA, 2015).

Neste bloco de textos, destacamos experiências desenvolvidas por pesquisadores que tensionam os modos de produção de conhecimento e as práticas coletivas. Tais abor-



dagens apontam para linhas de fuga, aproximando a arquitetura e o urbanismo do cotidiano, de modo a compreender o corpo como território de resistência e como base da experiência vivida.

O bloco inicia-se com a contribuição da professora **Rossana Brandão Tavares**, em seu texto intitulado **“Encorporando” outras Perspectivas Metodológicas: Caminhos Possíveis a Partir das Teorias Feministas**. Nele, a autora constrói coletivamente ferramentas de análise baseadas na experiência dos sujeitos para propor a “encorporação” como processo de tomada de consciência. Sua trajetória demonstra um esforço didático e epistemológico para disputar o sentido do conhecimento na arquitetura, pensando a cidade a partir da vida reprodutiva, e não apenas da produtiva.

A segunda fala, de **Marcelo de Tróí**, intitulada **Corpos Dissidentes e Territorialidades em Salvador**, mobiliza a filosofia da diferença para demonstrar que a cidade produz subjetividades ao mesmo tempo em que delimita quais corpos são autorizados a existir. Ao historicizar como dispositivos de poder moldam a heterogeneização das ruas, o autor argumenta que corpos dissidentes criam territorialidades próprias que tensionam a narrativa dominante, evidenciando que o urbano sempre foi tecido por disputas e resistências que desafiam a hegemonia cisheteropatriarcal.

Na sequência, **José Carlos Huapaya Espinoza** apresenta a fala **A Formação em Arquitetura na UFBA em Perspectiva Feminina (1960-1969)**. O autor expõe os resultados de uma pesquisa em andamento sobre as arquitetas formadas na FAUFBA, visando visibilizar suas contribuições para a construção de Salvador e de outras cidades brasileiras. A investigação, ancorada em entrevistas e documentos de arquivo, revisita as narrativas do cotidiano dessas mulheres e os desafios enfrentados ao longo de suas trajetórias de formação.

Por fim, **Jaime Solares Carmona**, em **Práxis Arquitetônica e Corpos Desviantes**, destaca que projetos urbanísticos para as áreas centrais de São Paulo buscaram, de forma predatória, destruir espaços de sociabilidade em prol da especulação imobiliária. O autor analisa como o estímulo ao retorno de uma população masculina homossexual, branca e rica leva à expulsão de grupos marginalizados e ignora as demandas e as memórias da diversidade LGBTQIA+ local.

Acreditamos que a articulação dessas falas tensiona as lógicas hegemônicas no ensino, na pesquisa e na prática profissional, reposicionando certos debates sobre a transformação urbana sob uma ótica interseccional e coletiva. Essas experiências demonstram que, ao desenvolver novas metodologias e ao resgatar memórias invisibilizadas, criamos



algumas fissuras nos modos de fazer canônicos. Assim, apostamos na materialização de uma práxis que não mais ignora os corpos dissidentes, mas se fundamenta neles para pensar o espaço urbano de forma mais política e humana.

Bloco 3 — Corpos dissidentes na produção de outras territorialidades: entre a casa, a rua e o palco

O terceiro bloco do Caderno propõe uma costura teórica, empírica e reflexiva entre quatro textos transcritos, cujas falas articulam as dimensões do espaço, do corpo, da arte e do acolhimento, situando grupos e sujeitos dissidentes na produção de outras territorialidades urbanas. A partir de um ponto de vista que entende a cidade como um espaço de disputas e negociações, os textos reunidos evidenciam como indivíduos LGBTQIA+ organizados coletivamente são capazes de tensionar as estruturas urbanas e institucionais para garantir não apenas o direito de aparecer em público, mas também o direito fundamental de viver com dignidade.

Como argumenta Judith Butler (2018), tornar-se visível no espaço urbano é disputar as condições materiais e simbólicas que permitem que certos corpos apareçam, enquanto outros são empurrados à invisibilidade ou ao apagamento. Essa desigualdade no reconhecimento opera como tecnologia espacial de poder, pois delimita quem pode circular, existir e reivindicar direitos. De acordo com Wisniewski (2020), percebe-se que a heteronormatividade organiza a cidade como um regime de visibilidade seletiva, no qual sujeitos LGBTQIA+ precisam lutar continuamente para serem reconhecidos como parte legítima do tecido urbano. Assim, o aparecimento é um gesto político, que insiste na presença de corpos dissidentes e que transforma o próprio sentido de cidade, deslocando seus limites normativos.

Esse direito ao aparecimento, contudo, não se restringe ao espaço público: também atravessa a esfera privada e não pode ser dissociado dela. Como demonstra Faria (2022), a violência e o controle sobre corpos dissidentes ocorrem simultaneamente dentro das casas e nas ruas; isso nos revela que a separação moderna entre público e privado (fundada, em grande medida, pelo projeto colonial e patriarcal) produz hierarquias que afetam, sobretudo, mulheres e pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Constantemente, o espaço público é vivenciado por esses corpos como um ambiente de insegurança, violência e hostilidade. De igual forma, muitas vezes o lar também é um lugar de expulsão, silenciamento ou medo; ignorar essa relação é encarar a questão apenas pela metade ou até mesmo perpetuar esse ciclo de violências. Debater, portanto, sobre os modos como corpos sexo-gênero dissidentes se organizam na produção



de outras territorialidades nos permite olhar para o problema urbano muito além dos cânones historicamente perpetuados no campo da Arquitetura e do Urbanismo.

O Bloco 3 inicia-se com o artigo **Arte, Cidade e Coletividade: Reflexões acerca do Coletivo Urbano Salve Rainha, Teresina/PI (2014–2018)**, de **Alexandre Pajeú Moura**, que introduz a ideia de “coletivos urbanos” como agrupamentos multidisciplinares e não hierárquicos que operam críticas ao sistema da arte e às formas hegemônicas de produção das cidades. Ao analisar as práticas do coletivo Salve Rainha, em Teresina/PI, Pajeú demonstra como a ocupação de espaços públicos e de prédios abandonados funciona como uma “tecnologia social” — nas palavras de um dos fundadores do coletivo — de valorização do patrimônio e de criação de zonas de liberdade.

A atuação desses grupos é descrita como “arteira”, buscando brechas em uma urbanidade que frequentemente negligencia as margens e as juventudes dissidentes. Como bem aponta Pajeú, esses movimentos não são meros fenômenos contemporâneos; eles revisitam uma historiografia da resistência que remonta à década de 1970, ao conectar a arte que sai dos museus ao desejo de fabular novos modos de pensar a vida pública. É no encontro entre o gesto sensível e a ocupação concreta que se desenha uma urbanidade menos excludente.

Enquanto Pajeú foca na ocupação espacial pelos coletivos urbanos, **Roney Gusmão**, no segundo texto do bloco, **Corpos em Performance: “Voguing” e Dissidências nas Narrativas Urbanas**, amplia o debate ao centrar-se no corpo performativo como território de dissidência. Gusmão analisa o *voguing* e a cultura *ballroom* não apenas como dança, mas também como prática política que articula gênero, raça e classe no espaço urbano capitalista. Recorrendo a Judith Butler (2019), o autor argumenta que os sujeitos resistem a partir dos mesmos referenciais em que estão implicados, utilizando as “armas” oferecidas pelo sistema para subvertê-lo. O *voguing* funciona, assim, como uma rasura dos regimes de visibilidade hegemônicos. Ao hiperbolizar e satirizar padrões de feminilidade e consumo — como os impressos nas capas da revista *Vogue* — os *voguers* operam um deslocamento de discursos, reivindicando o direito de permanecer na cena social. Essa performance é um exercício de memória caótica e pessoal que, nas palavras de Gusmão, permite que corpos historicamente expulsos de dispositivos institucionais reafirmem sua existência política.

A discussão sobre o corpo dissidente e sua (in)visibilidade urbana encontra um limite crítico quando pensamos na materialidade da sobrevivência — tema central do relato de **João Hugo Cerqueira**, intitulado **Casa de Acolhimento: os Desafios do Abrigamento da População LGBTQIAPN+ na Bahia**, o terceiro texto do bloco. Como coordenador da



Casa Aurora (casa de acolhimento direcionada à população LGBTQIA+), João Hugo expõe as vísceras das políticas de assistência social na Bahia, marcadas por um funcionamento precário, ou inexistente, e um abandono sistêmico. O autor destaca um paradoxo perverso: o Estado, que se mantém com a vulnerabilidade da população, frequentemente transfere para as casas de acolhimento (muitas vezes mantidas por esforços individuais e doações informais) a responsabilidade por demandas que ele próprio não consegue ou não quer suprir.

João Hugo traz à tona a interseccionalidade dessa precariedade, observando que a maioria das pessoas que buscam abrigo é negra e chega atravessada por traumas de abandono familiar e de violência institucional. O acolhimento, neste sentido, é definido para além do abrigamento: é o direito à humanização, ao banho, à roupa limpa e, sobretudo, à escuta. Contudo, a sustentabilidade desses espaços de acolhimento é totalmente incerta, operando no limite do sucateamento e do esgotamento mental de quem os coordena.

O Bloco 3 termina com duas **Conversas**. A primeira intitula-se **Coletivos Artísticos LGBTQIA+ e a Ocupação da Cidade: uma Conversa entre o Coletivo das Liliths, a House of Tremme e a Cartografia Sexuada de Salvador** e funciona como uma grande síntese empírica dos textos reunidos no bloco. Em suas falas, os participantes recuperam e costumam as reflexões anteriores ao relatar suas experiências de sociabilidade, moradia e produção artística em Salvador/BA. Aqui, a ideia de "casa" transita entre o refúgio físico, o espaço de trabalho e a estrutura familiar afetiva.

Georgenes Isaac e **Gelton Sacramento**, do Coletivo das Liliths, narram suas experiências de "desobediência" ao ocuparem imóveis por meio de práticas que fundem moradia e trabalho artístico, transformando a vida cotidiana em uma performance política contínua. A relação com a vizinhança em bairros soteropolitanos, como Brotas e Dois de Julho, exemplifica as táticas adotadas pelo coletivo para negociar e desmistificar a presença de seus corpos dissidentes nos espaços públicos e privados — do interior da casa às ruas. Por outro lado, **Zoe Luiza** e **Filipe Moreira** (Papi Lip Tremme), da House of Tremme, apresentam a cultura *ballroom* como um verdadeiro processo de "aquilombamento". Eles reforçam a tese de Gusmão de que a *ballroom* é uma prática decolonial que confere dignidade a quem foi marginalizado. Filipe Moreira destaca que a criação de "palcos próprios" — como o *Baile Banzé*, organizado por sua *house* — é uma resposta à falta de espaço destinado às populações LGBTQIA+ negras e periféricas, tanto na iniciativa pública quanto na privada. Para o *father* da House of Tremme, se o mercado da arte



exige padrões inalcançáveis de corpo, a comunidade ballroom se movimenta para construir sua própria estrutura de valor e prestígio.

Todas essas falas, reunidas, convergem para uma reflexão urgente a respeito da produção do espaço urbano. A cidade, para as populações dissidentes, não é apenas um cenário, mas um campo de disputas onde o coletivismo e o acolhimento comunitário tentam combater as violências de uma sociedade hostil e também suprir as falhas de um Estado negligente. Como provoca Lip Tremme ao final do debate, o que deve sobrar dessas discussões é a provocação para que a academia e as instituições não apenas observem esses corpos como "objetos de estudo", mas os vejam como artistas e profissionais competentes, arquitetos de suas próprias realidades.

Por fim, a conversa entre integrantes da Cartografia Sexuada de Salvador e a ativista e coordenadora do Centro de Proteção e Defesa dos Direitos LGBTQIA+ (CPDD), intitulada **Centro Histórico Travesti: Uma Conversa com Keila Simpson**, traz um retrato da vida e do território criado pela comunidade transexual e travesti no Centro Histórico de Salvador, durante a década de 1980 e o início da década seguinte. Neste período, o bairro do Pelourinho passava pelo início do processo de "revitalização urbana" e pela preparação do espaço para o fluxo turístico, o que acarretou o desmantelamento das redes comunitárias e dos fluxos econômicos locais instituídos pela população que ali construía seu cotidiano habitacional e de trabalho, muitas vezes vinculados à prostituição.

Fluxo Contínuo

Este volume dos **Cadernos PPG-AU/FAUFBA** se encerra na seção de **Fluxo Contínuo**, com um único artigo: **Notas Preliminares sobre uma Pesquisa em Suspense: Escrita Protetiva como uma Saída para a Pesquisa em Temas Sensíveis**. Nele, **Any Brito Leal Ivo**, apresenta uma proposta metodológica voltada a contextos de risco, violência e outros temas sensíveis. Partindo da experiência de interrupção de uma pesquisa por razões de segurança, a autora propõe a "escrita protetiva" como ferramenta para transformar experiências reais em narrativas que preservam as densidades sociais, afetivas e políticas dos eventos, ao mesmo tempo em que garantem proteção aos sujeitos. O texto detalha os princípios e as etapas desse procedimento e apresenta um exemplo de aplicação.

Boa leitura!

Alexandre Pajeú Moura (UFBA)

Eduardo Rocha Lima (UFBA)

Iale Luiz Moraes Camboim (UFBA)

Yuri Nascimento Paes da Costa (UnB)



Referências

ABADE, Patricia de Paiva. **A construção social das prostitutas como vítimas de crimes sexuais e corporais: um estudo qualitativo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Criminologia) — Faculdade de Direito, Universidade do Porto, Porto, 2019.

BABO, Maria Augusta. Algumas considerações prévias sobre a cidade como espaço escritível. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, n. 11, p. 287-298, 1998.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

CORTÉS, José Miguel G. Identidad, género y espacio urbano. **Revista Concinnitas**, v.1, n. 10, p. 20–33, 2016.

DE LA CADENA, Marisol. **Earth beings**: ecologies of practice across Andean worlds. Durham: Duke University Press, 2015.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FARIA, Daniela de Oliveira. Cidade-armário: o espaço urbano na formação de subjetividades sexuais. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 19. Blumenau, 2022. **Anais...** Blumenau: FURB, 2022.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura**: por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Editora Olhares, 2022.

RAMOS, Diana Helene. **“Preta, pobre e puta”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) — Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SEGATO, Rita Laura. **La escritura del cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez**: territorio, soberanía y crímenes de segundo estado. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.



WISNIEWSKI, Rudião Rafael. Gênero e diversidade: educação e (in)visibilidade LGBTQ nos espaços urbanos. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**, v. 15, n. 1, p. 76-93, 2020.

Recebido em: 06/04/2026

Aceito em: 02/06/2026

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v15i0.74451

Como citar: MOURA, Alexandre Pajeú; LIMA, Eduardo Rocha; CAMBOIM, Iale Luiz Moraes; COSTA, Yuri Nascimento Paes da. Apresentação. Falas Sobre Arquitetura e Urbanismo — Parte 2. Cidades Sexuadas. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 15, n. 1, p. 1-14, 2026.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL